



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

## Estado de São Paulo

### LEI Nº 1.392/22 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2.022

**“Autoriza o Poder Executivo Municipal a formalizar Termo de Fomento com a Fundação Pio XII de Barretos para o ano de 2.023 e dá outras providências.”**

**WALDOMIRO ANTONIO SGOBI**, Prefeito do Município de Paraíso, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Paraíso, a formalizar Termo de Fomento com a **Fundação Pio XII**-CNPJ- 49.150.352/0001-12 para o ano de 2.023.

**Art. 2º.** Fica autorizado o repasse do valor abaixo discriminado, em observância ao preceituado na Lei Federal nº 13.019/2014, destinada a atender a entidade abaixo especificada:

<b>ENTIDADE BENEFICIADA</b>	<b>VALOR R\$</b>	<b>DESTINAÇÃO</b>
Fundação Pio XII	12.000,00	Manutenção da Entidade

**Art. 3º.** A parceria será firmada e executada por meio da celebração do Termo de Fomento, objetivando a promoção de atividades e finalidades de relevância pública, envolvendo atendimento e tratamento de pacientes diagnosticados com câncer do município de Paraíso, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado.

**Art. 4º.** Sem prejuízo do acompanhamento físico, financeiro, e das ações de monitoramento a ser praticados periodicamente pela Administração Municipal, com o objetivo de avaliar a execução e comprovar os resultados alcançados, a Fundação Pio XII de Barretos prestará contas do total dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o prazo de execução, contendo toda a documentação comprobatória e os demonstrativos a serem definidos no Termo de Fomento, e ainda de acordo com as exigências e instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**Art. 5º.** A Administração Pública divulgará por todos os meios de publicidade e no seu portal na internet, as informações relativas à parceria a ser firmada.

**Art. 6º.** A Fundação Pio XII de Barretos deverá manter em perfeita ordem e à disposição da Administração Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os documentos relativos à parceria, a documentação de habilitação e regularidade jurídica e fiscal, cumprir as obrigações fiscais principais e acessórias, em obediência às normas nacionais vigentes, e obedecer ao que consta das Leis Federais nº 13.019/2014 e nº 4.320/1964, bem como regulamentação pertinente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO**  
**Estado de São Paulo**

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias, já consignadas no orçamento vigente, e, suplementadas se necessário.

**Art. 8º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Paço Municipal “Prefeito José Sgobi”, em 17 de novembro de 2.022.**

**WALDOMIRO ANTONIO SGOBI**  
**Prefeito Municipal**

**Registrada e Publicada nesta Secretaria na data supra.**

**Rodolfo Marconi Guardia**  
**Secretário Geral**